PARTICIPAÇÃO CIDADÃ NO PLANEJAMENTO DAS FISCALIZAÇÕES DO TCEMG

Diretoria de Auditoria e Avaliação de Políticas Públicas – DAUD



TCEMG
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Belo Horizonte/MG, outubro de 2026



FICHA TÉCNICA

Realização

Diretoria de Auditoria e Avaliação de Políticas Públicas – DAUD

Thiago Henrique da Silva – Diretor

Gabriel Venturim de Souza Grossi – Auditor de Controle Externo

Luciana Menicucci de Miranda Procópio – Auditora de Controle Externo

Stélcio Messias Leandro Madeira – Auditor de Controle Externo

Núcleo de Inovação e Sistemas de Auditoria da DAUD – NISA/DAUD

Tatiana Hoshika Shinzato – Responsável pelo NISA

Gustavo Francisco Cota – Analista Desenvolvedor Sênior

Caio Davi Rabelo Fiorini – Recepcionista Executivo

Colaboradores da DAUD e das Coordenadorias de Auditoria

Karina Medeiros Santos de Oliveira – DAUD

Maria Aparecida Ribeiro – DAUD

Gabrielle Geovana Santos Pedra – 1ª CAM

Silvana Nunes Barbosa – 2ª CAM

Davson Machado Godinho – CAE

Vitória Alice Oliveira da Cruz – COAP

Paulo Ricardo Pitangueiro Lima da Silva – CACTS



Parcerias estratégicas

Presidência

Diretoria-Geral

Superintendência de Controle Externo

Ouvidoria

Diretoria de Comunicação Social

Diretoria de Tecnologia da Informação

Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo

Associação dos Servidores do TCE-MG – Asscontas

Associação dos Auditores de Controle Externo do TCE-MG – AudTCE-MG



APRESENTAÇÃO

O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG) exerce o controle externo com o propósito de contribuir para o aprimoramento da gestão pública e para a geração de valor para a sociedade. Para que a atuação fiscalizatória se mantenha conectada aos problemas concretos vivenciados pela população, é importante combinar critérios técnicos de planejamento com mecanismos estruturados de escuta cidadã.

Foi nesse contexto que surgiu o *Você no Controle*, iniciativa concebida para incorporar a percepção da sociedade mineira ao processo de planejamento das fiscalizações. A proposta parte de uma ideia simples: além de fiscalizar para o cidadão, o Tribunal pode fiscalizar com o cidadão, ouvindo o que ele identifica como problema, ineficiência ou prestação deficitária de serviço público.

Em sua primeira edição, a ação combinou consulta eletrônica com atividades presenciais de escuta e mobilização, buscando alcançar públicos diversos e ampliar a capilaridade territorial da participação. A consulta permitiu que os cidadãos indicassem prioridades em sete áreas temáticas diretamente relacionadas à atuação do poder público: saúde; educação; segurança pública; assistência social e cidadania; obras e infraestrutura; saneamento e meio ambiente; e gestão fiscal e governança. Além das questões objetivas, os participantes puderam relatar, livremente, problemas concretos de sua realidade.

Os resultados demonstram a expressiva mobilização alcançada pelo *Você no Controle*. Foram registradas mais de 4 mil participações, provenientes de mais de 500 municípios e de todas as regiões de Minas Gerais, além de mais de 2 mil manifestações e relatos concretos apresentados pelos cidadãos. A amplitude da participação coloca a experiência do TCEMG em patamar de destaque nacional entre iniciativas semelhantes de escuta cidadã desenvolvidas no âmbito dos Tribunais de Contas, evidenciando o interesse da sociedade mineira em contribuir de forma ativa com o planejamento do controle externo.

As respostas recebidas formam uma sólida base de percepções sociais, cuja utilidade não se encerra na dimensão quantitativa da consulta. Cada participação representa uma oportunidade de compreender melhor como os cidadãos percebem a prestação dos serviços públicos, quais problemas consideram mais relevantes e onde esperam maior atenção dos órgãos de controle. Esses dados serão tratados e analisados tecnicamente pelas unidades competentes do TCEMG, de modo a transformar a escuta social em informação qualificada para o planejamento institucional.

Este relatório apresenta, em linguagem objetiva e visual, os principais resultados da etapa de coleta. Seu objetivo é dar transparência à participação recebida, mostrar quem participou, de onde vieram as contribuições e quais temas foram mais indicados em cada área. Os resultados aqui apresentados constituem insumos adicionais ao processo de planejamento, que permanece submetido aos critérios técnicos, às competências institucionais e à análise de risco, relevância, materialidade e oportunidade.



A publicação deste documento também integra o compromisso de devolutiva da iniciativa: ouvir, analisar, incorporar os dados ao planejamento das fiscalizações e prestar contas à sociedade sobre as contribuições recebidas. Dessa forma, o *Você no Controle* busca fortalecer uma relação de diálogo permanente entre o Tribunal e os cidadãos e contribuir para um controle externo cada vez mais responsivo, participativo e conectado às necessidades da sociedade mineira.

Belo Horizonte/MG, novembro de 2026.

Conselheiro Durval Ângelo
Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais



SUMÁRIO

1. Como a pesquisa foi realizada 7
1.1. Metodologia 7
1.2. Estrutura do questionário 7
1.3. Estratégias de mobilização 7
1.4. Natureza e limites da consulta 8
2. Alcance da pesquisa 8
3. Quem participou 9
3.1. Faixa etária 9
3.2. Escolaridade 10
3.3. Ocupação/vínculo 10
4. O que dizem os cidadãos mineiros 10
4.1. Saúde 11
4.2. Educação 11
4.3. Segurança pública 12
4.4. Assistência social e cidadania 12
4.5. Obras e infraestrutura 13
4.6. Saneamento e meio ambiente 13
4.7. Gestão fiscal e governança 14
4.8. Visão global dos temas mais citados 14
4.9. Áreas prioritárias 15
4.10. Relatos dos participantes 15
5. Conclusões 17



1. Como a pesquisa foi realizada

1.1. Metodologia

O *Você no Controle* foi estruturado como um ciclo de participação cidadã associado ao planejamento das fiscalizações. A metodologia foi organizada em cinco fases, conforme descritas a seguir:

1. Planejamento e estruturação	**Definição da metodologia, *benchmarking*, elaboração do questionário, articulação institucional e preparação dos materiais e da identidade visual.**
2. Coleta de dados e escuta ativa	Consulta eletrônica, *QR Code*, disponibilização de *tablets* para os cidadãos, estande itinerante e ações presenciais de mobilização e busca ativa.
3. Tratamento dos dados	Consolidação, categorização e análise das respostas, com apoio de ferramentas de dados e atuação técnica do NISA e da DAUD.
4. Integração ao planejamento	Uso das prioridades e dos problemas recorrentes como subsídio adicional ao planejamento das fiscalizações, preservada a autonomia técnica do Tribunal.
5. Transparência e *accountability*	Divulgação dos resultados, devolutiva à sociedade, monitoramento dos encaminhamentos e aperfeiçoamento da metodologia.

1.2. Estrutura do questionário

O questionário, desenvolvido por meio da plataforma *Microsoft Forms*, foi elaborado em linguagem simples e estruturado a partir de sete áreas temáticas: saúde; educação; segurança pública; assistência social e cidadania; obras e infraestrutura; saneamento e meio ambiente; e gestão fiscal e governança. Em cada área, o participante podia indicar até duas prioridades entre as alternativas apresentadas. Como pergunta-síntese, solicitou-se que os participantes indicassem, dentre as sete áreas temáticas, as duas áreas que considerassem mais importantes para nortear a atuação deste Tribunal.

Além das perguntas objetivas, o formulário incluiu campo aberto para relato de problema específico, perguntas de perfil destinadas à caracterização do público e campos opcionais relacionados ao contato com o Tribunal e à forma pela qual cada participante tomou conhecimento da ação.

1.3. Estratégias de mobilização

A pesquisa ficou disponível entre abril e agosto de 2026. A estratégia de mobilização combinou canais digitais e ações presenciais, com divulgação institucional, *QR Codes*, materiais gráficos, disponibilização de *tablets*, estande itinerante e parcerias com órgãos e entidades. A equipe também realizou busca ativa em locais de grande circulação de pessoas e em eventos realizados em diferentes regiões, procurando alcançar públicos que não necessariamente acompanham os canais institucionais do TCEMG.

1.4. Natureza e limites da consulta

O *Você no Controle* é uma consulta pública aberta, de participação voluntária. Por essa razão, seus resultados não devem ser interpretados como pesquisa amostral probabilística nem como estimativa estatística da opinião de toda a população mineira. Os dados retratam as prioridades e percepções das pessoas que participaram da iniciativa.

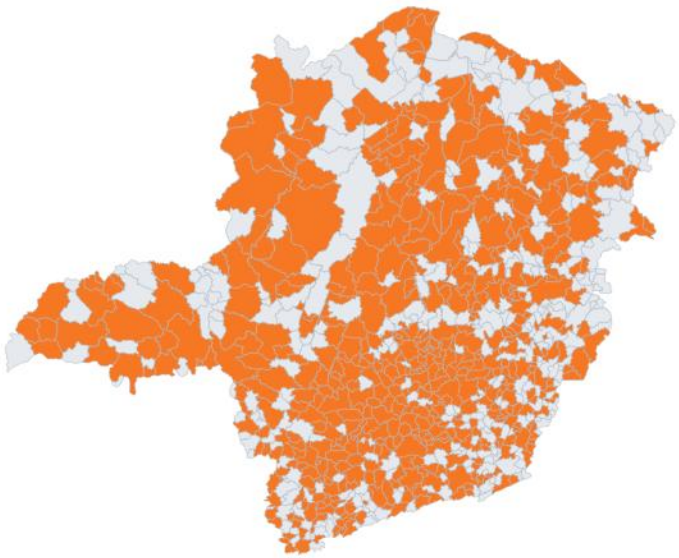
Essa característica não reduz a utilidade do levantamento para o planejamento institucional. Ao contrário, a consulta oferece ao Tribunal uma fonte adicional de informação social, capaz de revelar temas recorrentes, problemas percebidos e diferenças territoriais que podem ser confrontados com os critérios técnicos utilizados na seleção das fiscalizações.

2. Alcance da pesquisa

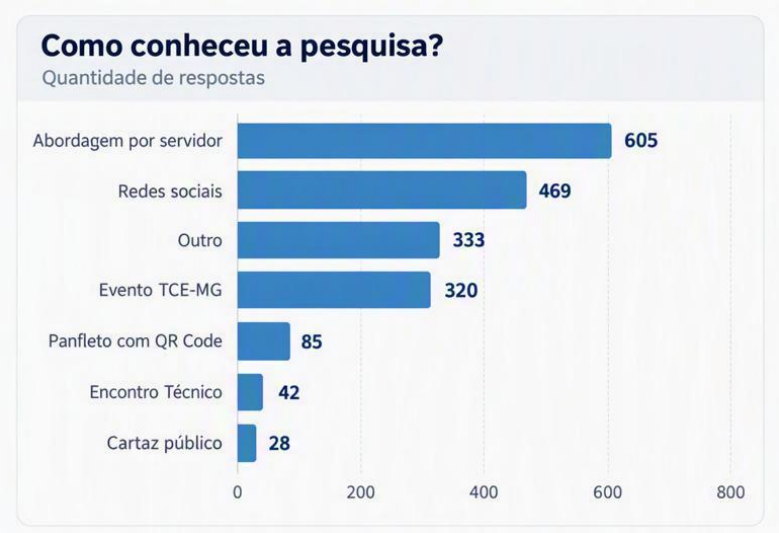
A primeira edição do *Você no Controle* combinou participação digital com ações presenciais de divulgação e escuta. Os indicadores abaixo sintetizam o alcance obtido ao longo da etapa de coleta:

4.376	54.150	515	60,38%	20+	2.095
participantes	votos válidos	municípios alcançados	dos municípios mineiros	ações presenciais	relatos

A distribuição territorial é um dos principais indicadores do alcance do *Você no Controle*. A participação foi registrada em municípios de todas as regiões do Estado de Minas Gerais, permitindo que a escuta alcançasse diferentes contextos sociais, econômicos e administrativos. Os dados demonstram a participação em pelo menos 515 municípios, equivalentes a mais de 60% do total do estado. O mapa de cobertura evidencia a capilaridade da consulta:



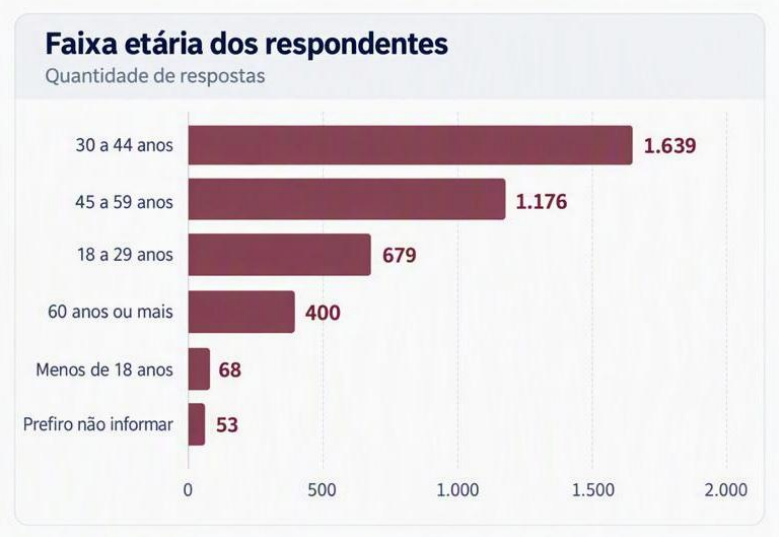
Ainda com relação ao alcance, cabe destacar que os participantes tiveram contato com o *Você no Controle* por meio de diferentes caminhos, circunstância que reflete os esforços empreendidos para alcançar ampla diversidade de público, com destaque para a abordagem feita diretamente por servidores ou colaboradores da DAUD:



3. Quem participou

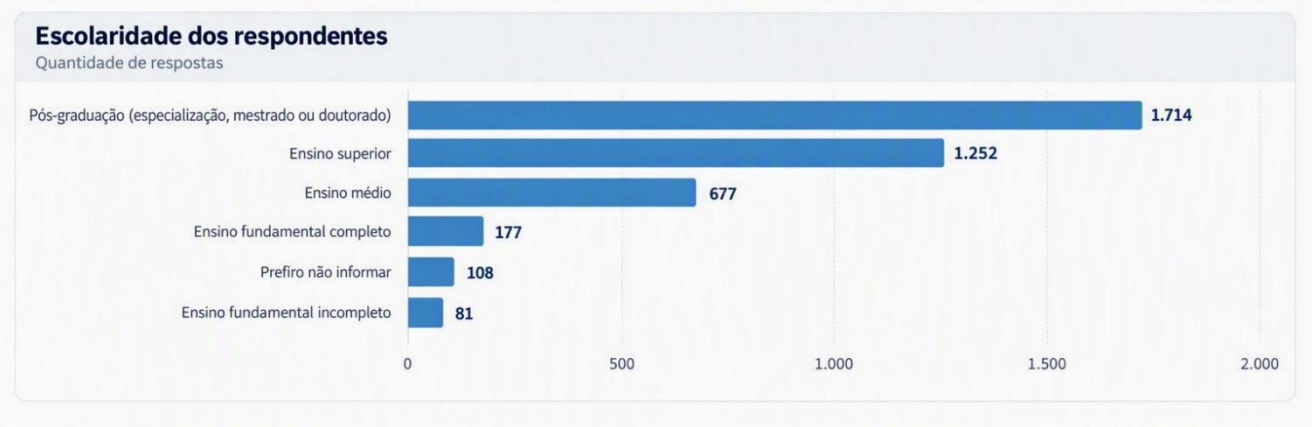
A caracterização dos participantes permite compreender melhor o alcance da consulta e interpretar seus resultados com maior cuidado. O formulário reuniu informações de perfil de natureza estatística, sem finalidade de identificação individual.

3.1. Faixa etária



A participação concentrou-se principalmente entre adultos de 30 a 59 anos, com destaque para a faixa de 30 a 44 anos. Ainda assim, a consulta alcançou participantes de diferentes gerações, dos mais jovens às pessoas idosas.

3.2. Escolaridade



Observou-se maior participação de pessoas com ensino superior e pós-graduação, perfil também verificado em experiências semelhantes de escuta cidadã realizadas por outros Tribunais de Contas. Ao longo da ação, contudo, foram adotadas estratégias presenciais e de busca ativa justamente para ampliar o alcance da consulta e favorecer a participação de públicos com diferentes níveis de escolaridade.

3.3. Ocupação/vínculo



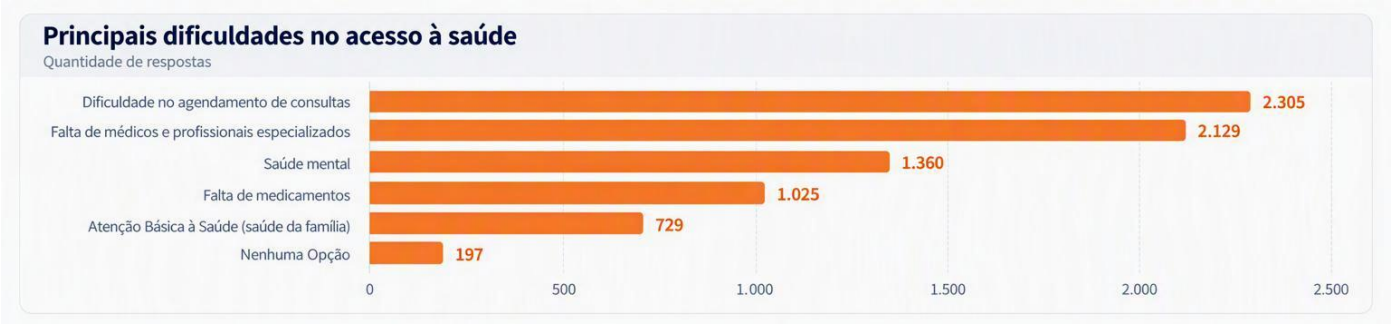
Agentes públicos constituíram o grupo mais numeroso entre os participantes, refletindo também a ampla mobilização realizada junto a órgãos e entidades públicas. Ao mesmo tempo, a presença de profissionais do setor privado, autônomos, estudantes e outros perfis evidencia que a consulta alcançou públicos diversos, para além daqueles que atuam no setor público.

4. O que dizem os cidadãos mineiros

Nesta seção, são apresentados os temas mais indicados pelos participantes em cada uma das sete áreas da consulta. Os resultados permitem identificar, em uma primeira leitura, quais questões despertam maior atenção dos cidadãos e oferecem um panorama das prioridades percebidas pela sociedade nas diferentes áreas de atuação pública.

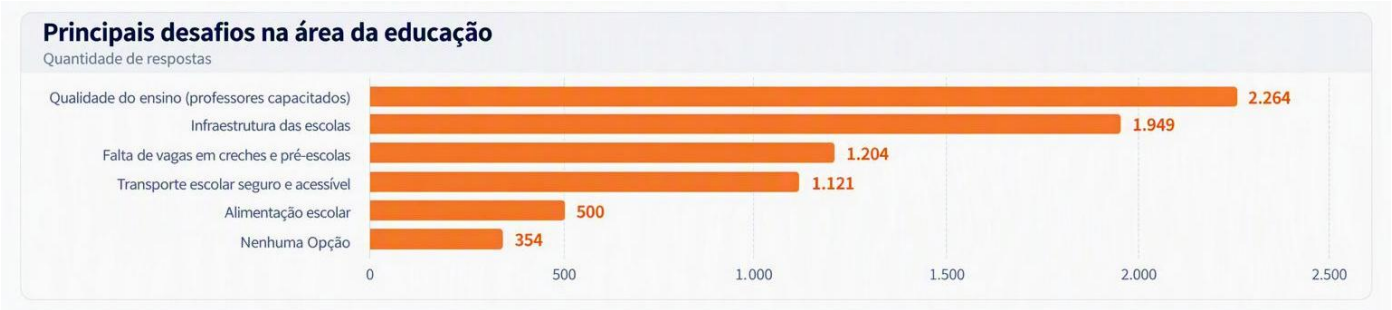
Essa leitura possui caráter descritivo e preliminar. Em etapa posterior, os resultados serão aprofundados e confrontados com critérios técnicos de planejamento, como competência do Tribunal, risco, relevância, materialidade, oportunidade, fiscalizações já realizadas ou em curso e capacidade operacional, de modo a subsidiar a avaliação sobre sua possível incorporação ao Plano Anual de Fiscalização (PAF).

4.1. Saúde



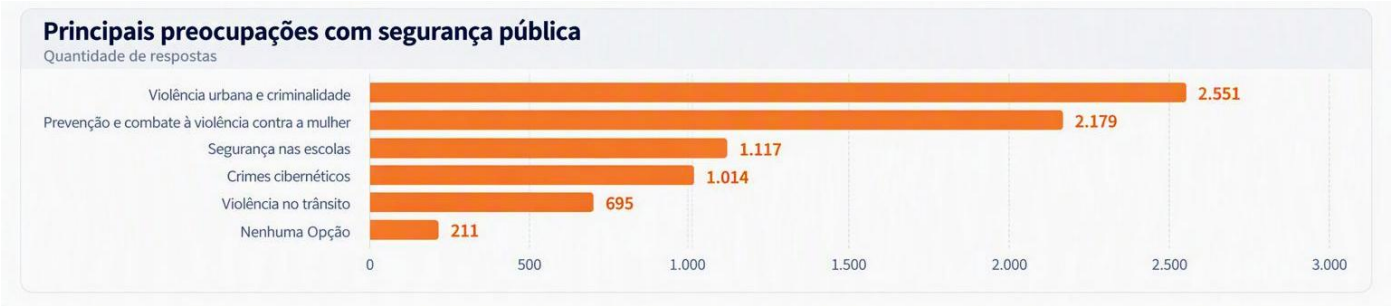
A dificuldade no agendamento de consultas, cirurgias e exames especializados foi o tema mais indicado na área da *Saúde*, seguida de perto pela falta de médicos e profissionais especializados. Os resultados sinalizam preocupação especialmente concentrada no acesso efetivo à assistência e à capacidade de atendimento da rede, enquanto saúde mental, medicamentos e atenção básica também receberam número expressivo de indicações.

4.2. Educação



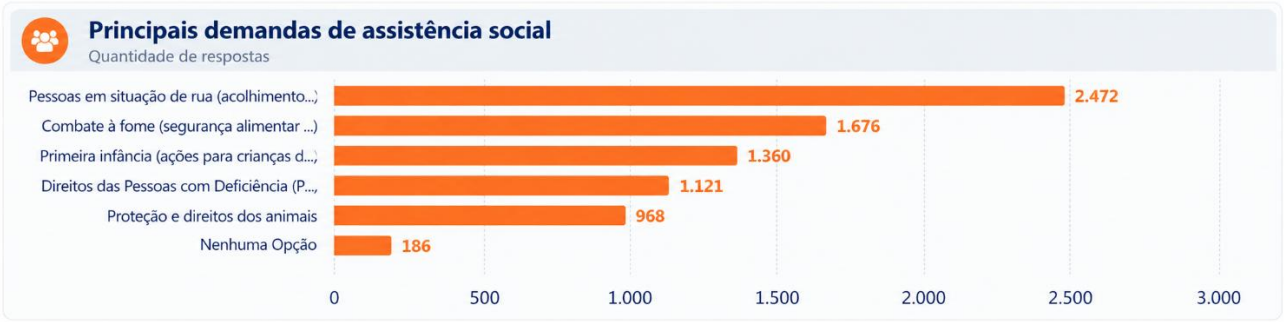
Na *Educação*, a maioria dos votos concentrou-se na qualidade do ensino e nas condições de infraestrutura das escolas. A distribuição das respostas sugere que os participantes associam a melhoria da educação tanto à dimensão pedagógica quanto à existência de estruturas adequadas para a prestação do serviço educacional.

4.3. Segurança pública



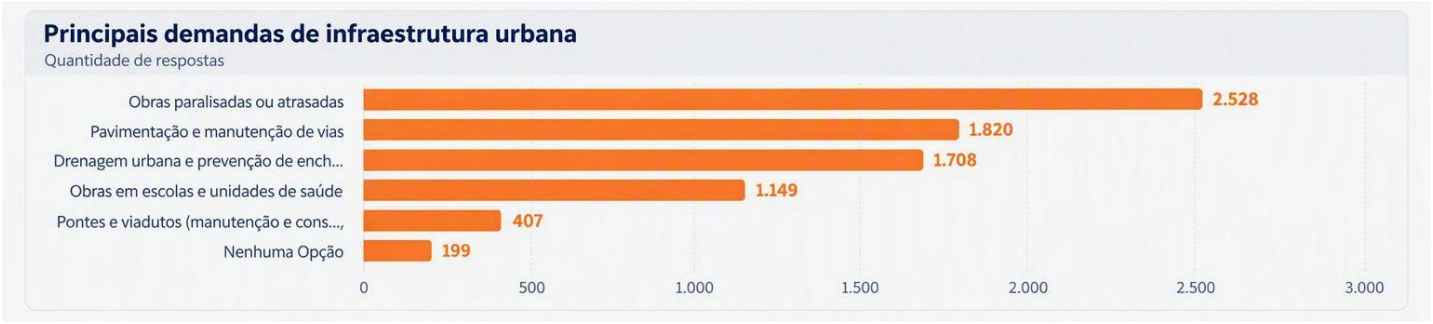
A violência urbana e a criminalidade constituíram a principal preocupação dos participantes em *Segurança pública*, seguidas pela prevenção e combate à violência contra a mulher. A diferença em relação aos demais temas evidencia especial atenção às formas de violência que afetam diretamente a segurança cotidiana da população e a proteção de pessoas em situação de vulnerabilidade.

4.4. Assistência social e cidadania



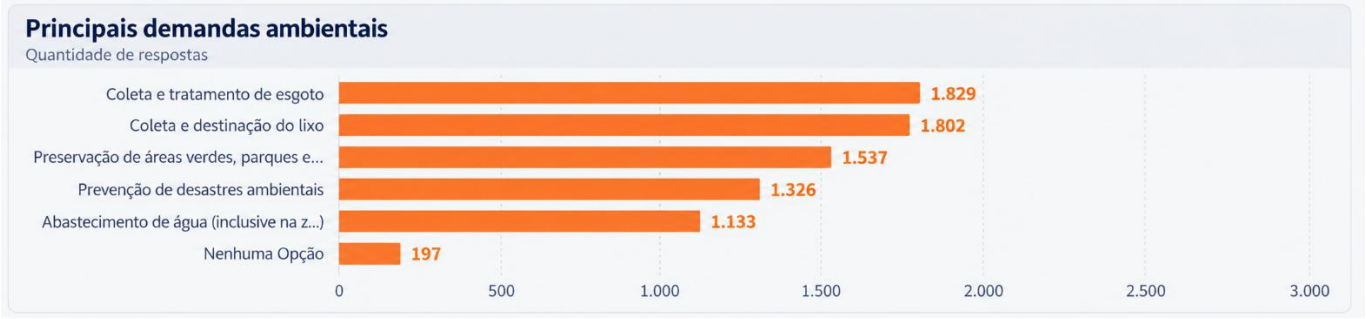
A temática das pessoas em situação de rua recebeu o maior número de indicações, com diferença relevante sobre as demais alternativas, seguida pelo combate à fome e pela segurança alimentar e nutricional. O resultado sinaliza forte preocupação com situações de vulnerabilidade social mais imediatas e visíveis, sem afastar a relevância atribuída à primeira infância, aos direitos das pessoas com deficiência e à proteção animal.

4.5. Obras e infraestrutura



As obras paralisadas ou atrasadas apareceram como a principal prioridade na área de *Obras e infraestrutura*. Também se destacaram a pavimentação e manutenção de vias e a drenagem urbana e prevenção de enchentes, indicando atenção dos participantes tanto à conclusão e efetividade dos investimentos públicos quanto à manutenção da infraestrutura e à prevenção de problemas urbanos recorrentes.

4.6. Saneamento e meio ambiente



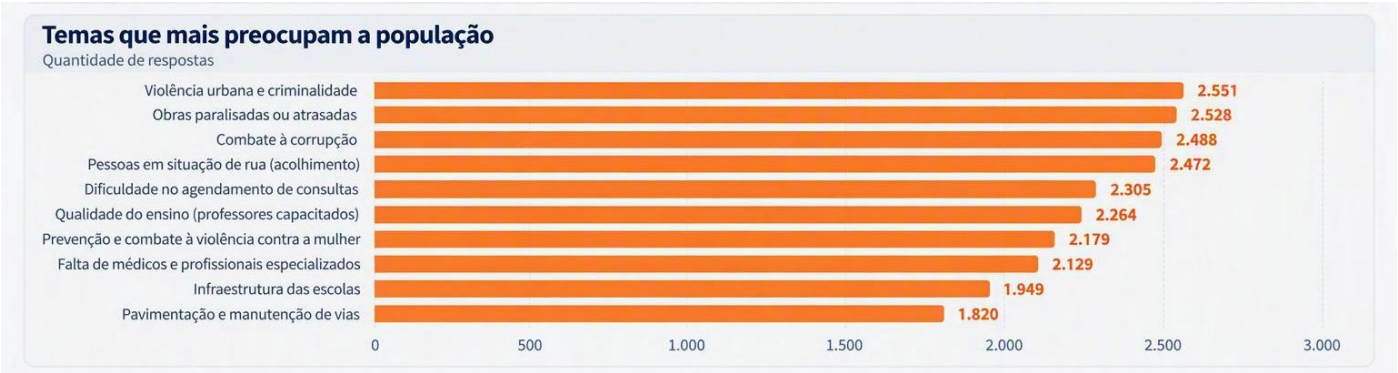
Os resultados dessa área apresentaram distribuição mais equilibrada entre os principais temas, com destaque para coleta e tratamento de esgoto e coleta e destinação do lixo, seguidos pela preservação de áreas verdes e pela prevenção de desastres ambientais. O conjunto das respostas revela atenção simultânea aos serviços básicos de saneamento e às questões de preservação ambiental e prevenção de riscos.

4.7. Gestão fiscal e governança



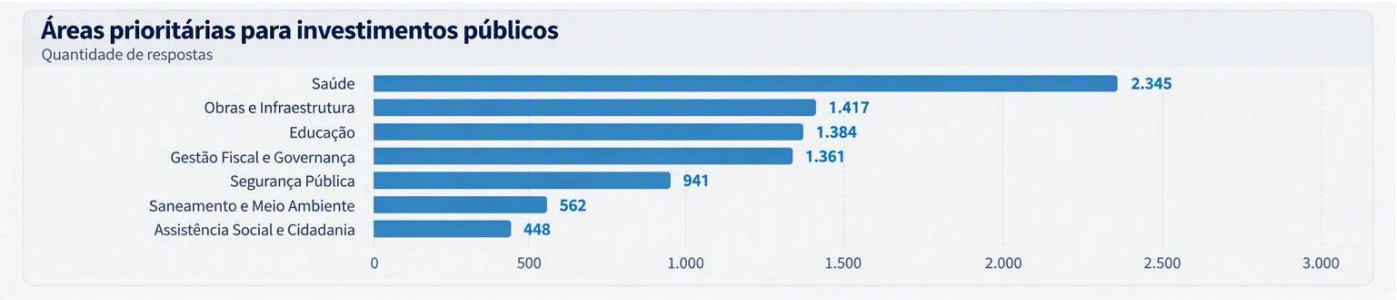
O combate à corrupção destacou-se, de forma expressiva, como a principal prioridade na área de *Gestão fiscal e governança*. Na sequência aparecem o equilíbrio das contas públicas, a transparência e o acesso à informação, o nepotismo e a regularidade de licitações e contratos, compondo um quadro de forte expectativa dos participantes por integridade, responsabilidade na gestão dos recursos públicos e transparência administrativa.

4.8. Visão global dos temas mais citados



Em complemento à apresentação dos temas mais votados de cada área, a consolidação acima permite uma visão transversal das prioridades apontadas pelos participantes. Nessa leitura global, observa-se que os temas mais votados foram violência urbana e criminalidade, obras paralisadas ou atrasadas, combate à corrupção e situação das pessoas em situação de rua. O resultado evidencia que as preocupações mais recorrentes atravessam diferentes campos da atuação pública, reunindo temas ligados à segurança, infraestrutura, integridade da gestão, vulnerabilidade social e prestação de serviços essenciais.

4.9. Áreas prioritárias

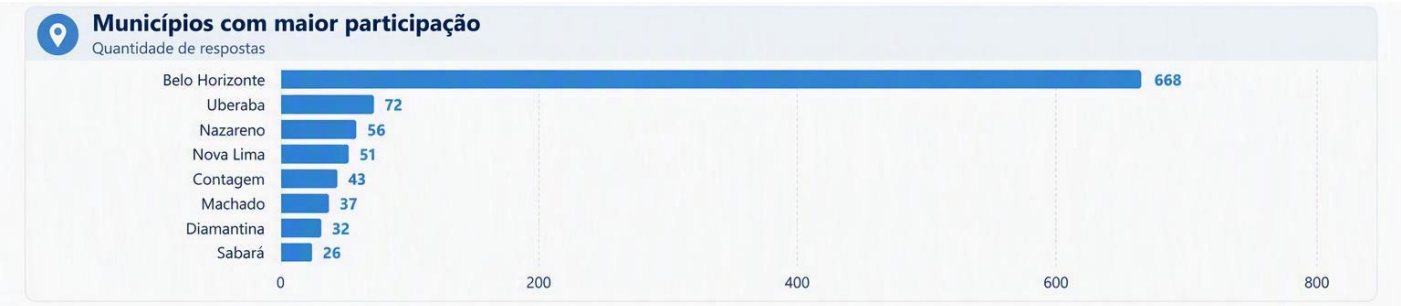


Além da indicação dos temas prioritários dentro de cada uma das sete áreas, os participantes puderam selecionar as duas grandes áreas que consideravam mais relevantes para a atuação fiscalizatória do TCEMG. A *Saúde* apresentou destaque expressivo, seguida por *Obras e infraestrutura*, *Educação* e *Gestão fiscal e Governança*, que formaram um segundo grupo com resultados próximos entre si. A pergunta oferece, assim, uma perspectiva complementar à análise temática, permitindo identificar não apenas quais problemas mobilizaram os participantes, mas também quais campos de atuação pública foram percebidos como prioritários de forma mais ampla.

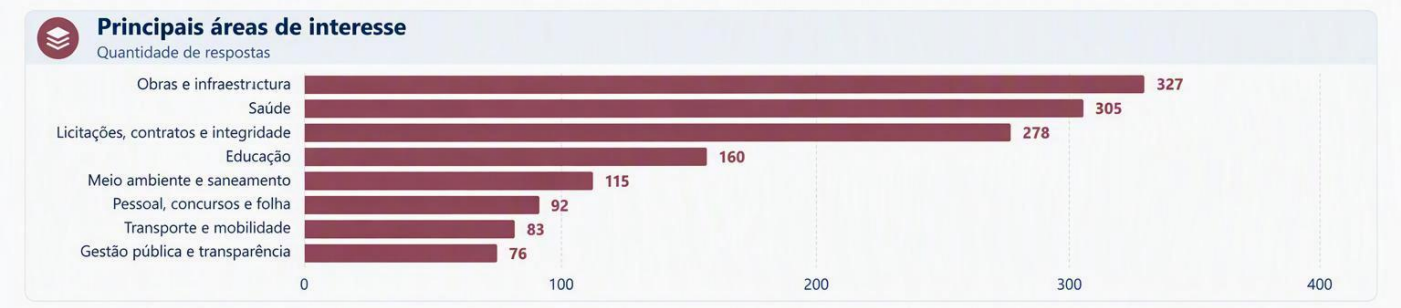
4.10. Relatos dos participantes

Além das questões objetivas, o questionário disponibilizou um campo opcional para que os participantes relatassem, em suas próprias palavras, situações concretas que, em sua percepção, demandam atenção do Tribunal. Ao todo, foram recebidos 2.079 relatos, referentes a 387 municípios. Em análise preliminar, 1.581 relatos puderam ser classificados por tema, enquanto, em 498, não foi possível identificar temática específica. Esses relatos complementam os resultados das questões objetivas ao permitir que situações, problemas e percepções sejam apresentados livremente pelos cidadãos. Seu conteúdo será considerado, juntamente com as demais respostas da consulta, na análise técnica destinada a subsidiar a definição das prioridades de fiscalização.

Os relatos apresentaram ampla distribuição territorial, embora com maior concentração em Belo Horizonte, que reuniu 668 registros. Entre os demais municípios, destacaram-se Uberaba, Nazareno, Nova Lima, Contagem, Machado, Diamantina e Sabará, evidenciando que a manifestação espontânea dos participantes também alcançou diferentes regiões de Minas Gerais:



A classificação preliminar evidencia maior recorrência de relatos relacionados a obras e infraestrutura, seguida por saúde e licitações, contratos e integridade. Educação, meio ambiente e saneamento, questões relacionadas a pessoal, concursos e folha de pagamento, transporte e mobilidade e gestão pública e transparência também aparecem entre os temas mais frequentes, demonstrando a diversidade das situações concretas apresentadas pelos cidadãos:



A nuvem de palavras abaixo oferece uma representação visual complementar do conteúdo dos relatos abertos. Nela, quanto maior o tamanho da palavra, maior sua frequência entre os textos analisados. Essa visualização não substitui a análise temática dos relatos, mas auxilia na identificação de padrões e reforça o caráter qualitativo dessa etapa da consulta. Os problemas e temas identificados nos relatos abertos também serão considerados na análise técnica das prioridades de fiscalização, em conjunto com os resultados das questões objetivas e os demais critérios de planejamento do TCEMG:





5. Conclusões

A primeira edição do *Você no Controle* demonstrou a capacidade do TCEMG de ampliar o diálogo com a sociedade e incorporar novas fontes de informação ao planejamento de sua atuação fiscalizatória. A participação alcançada, distribuída por todas as regiões do estado e acompanhada por milhares de manifestações sobre problemas concretos, evidencia o interesse dos cidadãos em contribuir para a definição das prioridades do controle externo.

Os resultados apresentados neste relatório permitem conhecer, de forma objetiva, as áreas, os temas e as situações que mais mobilizaram os participantes. As respostas às questões estruturadas, somadas aos relatos abertos, formam uma ampla base de percepções sociais sobre a prestação dos serviços públicos, a gestão dos recursos e outros problemas que, na visão dos cidadãos, merecem atenção do Tribunal.

A conclusão da etapa de coleta, contudo, não representa o encerramento do *Você no Controle*. A partir de agora, inicia-se uma etapa fundamental da iniciativa, com o aprofundamento da análise dos dados e sua integração ao processo de planejamento das fiscalizações. As prioridades apontadas pela sociedade mineira serão examinadas em conjunto com os critérios técnicos utilizados pelo TCEMG, considerando, entre outros aspectos, suas competências institucionais, risco, relevância, materialidade, oportunidade, fiscalizações já realizadas ou em curso e capacidade operacional.

A participação cidadã, portanto, não substitui a avaliação técnica nem determina, automaticamente, a realização de fiscalizações específicas. Seu papel é qualificar o processo decisório, acrescentando ao planejamento institucional a percepção daqueles que vivenciam, diretamente, as políticas e os serviços públicos. Dessa forma, o Tribunal amplia sua capacidade de identificar problemas relevantes, orientar seus recursos de controle e selecionar ações com maior potencial de produzir resultados úteis à sociedade.

Os próximos passos do *Você no Controle* envolverão a análise das prioridades e dos relatos, seu confronto com as demais informações disponíveis ao Tribunal, a avaliação de possíveis objetos de fiscalização e a incorporação dos resultados pertinentes ao Plano Anual de Fiscalização. O ciclo será complementado pela transparência e pela devolutiva à sociedade, permitindo que os cidadãos conheçam não apenas o que foi ouvido, mas também os encaminhamentos produzidos a partir dessa escuta.

Ao aproximar participação social, análise técnica e planejamento, o *Você no Controle* reafirma o compromisso do TCEMG com um controle externo cada vez mais responsivo, transparente e orientado à geração de valor público. Mais do que ouvir a sociedade, o desafio que se coloca a partir de agora é transformar essa escuta em atuação concreta, para que as contribuições recebidas possam, ao final do ciclo, refletir-se no aprimoramento da gestão pública e em benefícios efetivos para os cidadãos mineiros.

O ciclo continua: ouvir a sociedade, analisar suas prioridades, incorporá-las ao planejamento e transformar a participação em resultados para o cidadão.


TCEMG
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS